

31/março/2021

À: Vêneto Energética S.A.

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras nº 2145H-007-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações financeiras da Vêneto Energética S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Vêneto Energética S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Vêneto Energética S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vêneto Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Vêneto Energética S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, no contexto da chamada “Operação *Greenfield*”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem fundos de pensão, bancos públicos e estatais, e na qual foram citadas determinadas empresas e ex-executivos do Grupo Econômico, do qual a Companhia faz parte.

Ainda conforme referida Nota Explicativa nº 1, em junho de 2018, a Hidrotérmica S.A., controladora indireta da Companhia, foi mencionada em notícias divulgadas em jornais de grande circulação nacional, de que um ex-superintendente de Fundos de Investimentos Especiais da Caixa Econômica Federal confessou ter recebido valor de propina em conta no exterior, supostamente depositado por um ex-administrador da Hidrotérmica S.A., nos anos de 2010 e 2011, em razão dos investimentos realizados pelo FI-FGTS na Hidrotérmica S.A.. Diante desses fatos, a administração do Grupo contratou empresa especializada independente para coordenar e realizar investigações internas antifraude e de usos e fontes. A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado das investigações internas independentes realizadas sobre os fatos apresentados, informando que não foram identificadas evidências de irregularidades. Com base nas informações conhecidas até o momento, na avaliação da administração, os impactos relacionados a este assunto, se houverem, não seriam relevantes nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Entretanto, como os processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas ainda estão em andamento, até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses, em 31 de dezembro de 2020. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa nº 8, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes e, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos que estão sendo apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2020. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 22 de junho de 2020, continha ênfases relacionadas aos mesmos assuntos deste Relatório.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

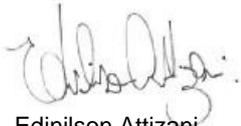
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Vêneto Energética S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.705	23.658
Contas a receber	5	9.042	3.873
Estoques	6	89	71
Tributos a recuperar	7	1.708	1.791
Despesas antecipadas		60	64
Depósitos vinculados - contas reserva		-	2.516
Adiantamentos a fornecedores		213	94
Total do ativo circulante		43.817	32.067
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	8	35.639	35.699
Depósitos judiciais		76	66
Outros ativos		70	70
Imobilizado	9	55.593	60.389
Direito de uso - Arrendamento mercantil	10	204	613
Total do ativo não circulante		91.582	96.837
Total do ativo		135.399	128.904

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	11	14.254	219
Financiamentos	13	-	4.773
Arrendamento mercantil	10	183	514
Debêntures	14	15.743	12.209
Obrigações sociais e trabalhistas		273	926
Obrigações tributárias	12	904	2.706
Dividendos propostos	17	12.800	10.162
Seguros a pagar - GSF	15	-	3.926
Total do passivo circulante		44.157	35.435
Passivo não circulante			
Arrendamento mercantil	10	-	137
Partes relacionadas	8	437	438
Debêntures	14	97.291	108.000
Passivos contingentes	16	263	98
Obrigações tributárias	12	6	16
Total do passivo não circulante		97.997	108.689
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	17	128.806	128.806
Reservas de capital		(176.661)	(176.656)
Reservas de lucros		41.100	32.630
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(6.755)	(15.220)
Total do passivo e patrimônio líquido		135.399	128.904

Vêneto Energética S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida	18	40.630	43.421
Custo do serviço	19	<u>(8.612)</u>	<u>(18.254)</u>
Lucro bruto		<u>32.018</u>	<u>25.167</u>
	12		
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	20.a	(4.541)	(3.536)
Outras receitas (despesas) líquidas	20.b	<u>2</u>	<u>(1.777)</u>
Total despesas operacionais		<u>(4.539)</u>	<u>(5.313)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>27.479</u>	<u>19.854</u>
Despesas financeiras	21	(14.616)	(7.408)
Receitas financeiras	21	<u>347</u>	<u>272</u>
Resultado financeiro		<u>(14.269)</u>	<u>(7.136)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>13.210</u>	<u>12.718</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	<u>(2.102)</u>	<u>(1.560)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>11.108</u>	<u>11.158</u>
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	17	0,09	0,09

Vêneto Energética S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>11.108</u>	<u>11.158</u>
Resultado abrangente total	<u>11.108</u>	<u>11.158</u>

Vêneto Energética S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Legal	Lucros a destinar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		128.806	(69.556)	1.582	22.540	-	83.372
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.158	11.158
Destinação do resultado do exercício para:							
Constituição da reserva legal	16	-	-	558	-	(558)	-
Dividendos propostos	12	-	-	-	-	(2.650)	(2.650)
Lucros a destinar		-	-	-	7.950	(7.950)	-
Transação de capital com controlador		-	(107.100)	-	-	-	(107.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		128.806	(176.656)	2.140	30.490	-	(15.220)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.108	11.108
Destinação do resultado do exercício para:							
Constituição da reserva legal	16	-	-	555	-	(555)	-
Dividendos propostos	16	-	-	-	-	(2.638)	(2.638)
Lucros a destinar		-	-	-	7.915	(7.915)	-
Transação de capital com controlador		-	(5)	-	-	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		128.806	(176.661)	2.695	38.405	-	(6.755)

Vêneto Energética S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.210	12.718
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Encargos financeiros de empréstimos	13	125	881
Encargos financeiros de debêntures	14	8.580	-
Atualização de debêntures	14	4.809	-
Atualização de arrendamento	10	29	103
Provisão de contingências	16	165	98
IOF sobre operações com partes relacionadas	8	-	(116)
Atualização do GSF		(3.926)	(4.128)
Depreciação e amortização	9	5.205	5.276
		28.197	14.832
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	5	(5.169)	2.757
Tributos a recuperar	7	83	1.242
Depósitos vinculados - contas reserva		2.516	(123)
Estoques	6	(18)	145
Adiantamentos a fornecedores		(119)	118
Despesas antecipadas		4	(26)
Deposito Judicial		(10)	-
		(2.713)	4.113
Aumento nos passivos			
Fornecedores		14.035	(156)
Obrigações sociais e trabalhistas		(653)	(1.173)
Obrigações tributárias	12	(2.873)	994
		10.509	(335)
Pagamento de debentures		(12.175)	-
Pagamento de juros sobre debêntures	14	(8.389)	(876)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.041)	(680)
		14.388	17.054
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Empréstimos realizados para partes relacionadas	8	(17)	(111.216)
Recebimento de empréstimos realizados para partes relacionadas	8	76	3.116
Baixas no imobilizado		-	33
		59	(108.067)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento arrendamento mercantil	10	(497)	(555)
Transação de capital com controlador	17	(5)	-
Captação de debêntures	13	-	120.209
Pagamentos de financiamentos (principal)	13	(4.898)	(8.148)
		(5.400)	111.506
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		9.047	20.493
Saldo no início do exercício	4	23.658	3.165
Saldo no final do exercício	4	32.705	23.658
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		9.047	20.493

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Vêneto Energética S.A. (“Companhia” ou “Vêneto”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Veranópolis – RS, cujo objeto social é a implantação e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e de suas instalações de conexão, bem como a comercialização de energia elétrica gerada nesses empreendimentos.

A Companhia, por meio da Resolução nº 519/02, da ANEEL, obteve a autorização para implantação e exploração do potencial hidráulico da PCH Jararaca, na condição de produtor independente, com 28 MW de potência instalada e 19,71 MW de garantia física. O prazo de autorização é de 30 anos, com término em setembro de 2032, podendo ser prorrogada.

A energia elétrica produzida pela PCH Jararaca é totalmente comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), por um prazo de 20 anos, que se encerra em abril de 2028.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, o total do passivo circulante excedia o total do ativo circulante em R\$ 340 (R\$ 3.368 em 31 de dezembro de 2019), em função, principalmente, do saldo acumulado de dividendos propostos no montante de R\$ 12.800 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 10.162 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia apresenta patrimônio líquido (passivo a descoberto) negativo de R\$ 6.756 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 15.220 em 31 de dezembro de 2019)

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, no contexto da chamada “Operação *Greenfield*”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo, fundos de pensão, bancos públicos e estatais, na qual foram citadas empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte, bem como foram indiciados ex-administradores dessas empresas.

A Administração do Grupo contratou empresa independente para conduzir e realizar processo de investigação antifraude e de usos e fontes. Após o término dos trabalhos, a empresa contratada não identificou evidências de irregularidades.

Adicionalmente, em junho de 2018, a Hidrotérmica S.A., controladora indireta da Companhia, foi mencionada em notícias divulgadas em jornais de grande circulação nacional, sobre supostos atos ilegais e de corrupção cometidos por um ex-administrador da Hidrotérmica S.A. envolvendo ex-superintendente da Caixa Econômica Federal em razão de investimentos realizados pelo FI-FGTS na Hidrotérmica S.A, nos anos de 2010 e 2011.

A Administração da Mesa Participações S.A., contratou empresa especializada para realizar investigação forense sobre este assunto, bem como conduziu procedimento interno de sindicância para verificação dos fatos em atendimento às suas políticas de conformidade. Tanto a investigação forense realizada pela empresa independente como a sindicância conduzida internamente pela Administração da Hidrotérmica, não identificaram indícios de irregularidades.

Embora os processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas encontram-se em andamento e não foram concluídos, na medida em que a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação e que seus executivos não foram indiciados, Administração da Companhia entende que os desdobramentos dos resultados das investigações e suas consequências futuras, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

Programa de Compliance da Companhia

Em consonância com a Lei nº 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção à fraude, governança corporativa e devida adequação dos processos internos, no final de 2016, criou uma área de Compliance, que adotou novas políticas e implantou código de ética, que têm por objetivo prevenir, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de garantir que as relações comerciais com todos os “*Stakeholders*” sejam conduzidas com ética, lisura e transparência.

Covid-19

Impactos

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil e as notícias acerca do novo Coronavírus (Covid-19), assim como as relações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia brasileira e global.

Visto o contexto o qual a Companhia está inserida, não foi observado, até o momento, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios da Companhia. Embora não seja possível, no cenário atual, prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a Administração entende que até a data de apresentação destas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos.

A Administração da Companhia seguirá observando e monitorando o desenvolvimento desta situação.

Durante o exercício de 2020 a Companhia, com a finalidade de manter os compromissos financeiros e manutenção dos empregos, os fluxos de caixa foram reprogramados, através de: **(i)** postergação do recolhimento de tributos, através da adesão à Medida Provisória nº 927/2020; **(ii)** negociação com fornecedores para postergação de pagamentos; **(iii)** negociação com as instituições financeiras, com a finalidade de postergar o pagamento de determinadas dívidas; **(iv)** dentre outras ações.

Adicionalmente, com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela OMS, foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em casa (“home office”) e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas onde não for possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: **(i)** a liberação imediata de pessoas no grupo de risco; **(ii)** a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; **(iii)** o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; **(iv)** o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; **(v)** a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a Covid-19.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição dos pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nas presentes demonstrações financeiras, a Administração está evidenciando, apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração realizada em 31 de março de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo (aplicações financeiras).

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e são reconhecidas prospectivamente. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As principais estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro referem-se ao registro de:

- **Nota Explicativa nº 9:** avaliação da vida útil do ativo imobilizado, onde os ativos são depreciados pelo prazo da autorização pela Companhia. Adicionalmente, anualmente, a Administração revisa o valor contábil líquido de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável;
- **Nota Explicativa nº 15:** contingências - reconhecimento e mensuração das contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. Principais políticas contábeis

a. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida mensalmente, pelo faturamento dos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), os quais são coordenados pelo Ministério de Minas e Energia e gerenciados pela Eletrobrás, em que toda energia produzida tem garantia de contratação pela Eletrobrás.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente:

- Receita de juros e variação monetária; e
- Despesa de juros, variação monetária, multas e fianças bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento, e os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos são classificados nas atividades de financiamento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

c. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração inicial

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

No exercício de 2020, a Companhia possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

ii. Impairment de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

d. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente – lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente da Companhia são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12% para cálculo do imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Depois de apurados os valores de acordo com os percentuais de presunção, as demais receitas são adicionadas na base de cálculo.

Sobre a base de cálculo apurada, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 60 trimestralmente ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada, aplica-se a alíquota de 9% para contribuição social.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos não recuperáveis e armazenamento.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis dos bens, limitadas pelos prazos das autorizações quando não há previsão de indenização do valor residual dos ativos ao término do período autorizativo ou concessivo.

g. Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado é revisto anualmente para identificar evidências de perdas no valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos custo para venda. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos, através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera sua usina como uma única unidade geradora de caixa.

h. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros, estimados a uma taxa antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

j. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue:

- **Reforma da taxa de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2021.
- **Contratos Onerosos** – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)** – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)** – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)** – A partir de 1º de janeiro de 2023.
- **IFRS 17 Contratos de Seguros** - A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	5.662	22.379
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>27.043</u>	<u>1.279</u>
Total	<u>32.705</u>	<u>23.658</u>

O saldo de bancos é constituído por saldos de depósitos à vista em instituições financeiras.

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e são imediatamente resgatáveis, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 99,78% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (96,46% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 9.042 (R\$ 3.873 em 31 de dezembro de 2019) corresponde ao saldo a receber de suprimentos de energia de contratos firmados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) pelo prazo de 20 anos, encerrando em 29 de abril de 2028, cujo prazo médio de recebimento é de 30 dias.

6. Estoques

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$ 89 (R\$ 71 em 31 de dezembro de 2019), refere-se a peças e sobressalentes para manutenção da usina.

7. Tributos a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IPRJ	1.602	1.602
IRRF	84	119
CSLL	5	54
Total de imposto de renda e contribuição social a recuperar	<u>1.691</u>	<u>1.775</u>
PIS	1	1
COFINS	4	3
ISS	12	12
Total de outros tributos a recuperar	<u>17</u>	<u>16</u>
Total	<u>1.708</u>	<u>1.791</u>

Os principais valores, referem-se a retenções de tributos realizadas por clientes, pertencentes à administração pública federal, que são obrigados a reter 5,85% de IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins sobre os pagamentos que efetuam a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviço.

8. Partes relacionadas

A Companhia identificou como partes relacionadas seus acionistas, sua controladora e outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos na posição patrimonial e no resultado estão descritos a seguir:

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. - BEN	3.594	-	3.594	-
Quartel Três Energética S.A.	4	-	4	-
Bongiorno Energética S.A.	3.846	-	3.846	-
Hidrotérmica Comercializadora S.A.	43	-	43	-
Hidrotérmica S.A.	27.944	-	27.926	-
Central Energética Palmeiras S.A. - CEPASA	12	-	12	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	825	-	825	-
Brasilterm Energia S.A.	3	-	4	-
Termétrica Pernambuco III S.A.	6	-	6	-
Da Ilha Energética S.A.	-	437	-	438
Boa Fé Energética S.A.	1	-	1	-
Criuva Energética S.A.	176	-	176	-
São Paulo Energética S.A.	-	-	1	-
Serrana Energética S.A.	-	-	76	-
Autódromo Energia S.A.	5	-	5	-
Termétrica Rio Grande	5	-	5	-
Provisão para Perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa (i)	(825)	-	(825)	-
Total	35.639	437	35.699	438

- (i) A Administração reavaliou seus ativos financeiros com partes relacionadas, a fim de verificar se há indicação de perdas esperadas na liquidação. A Administração identificou que os ativos financeiros (mútuos) com a Bolognesi Energia S.A. apresentam risco relevante de não recebimento, além do o agravamento da situação financeira da Bolognesi Energia S.A., que possui, em 31 de dezembro de 2020, capital circulante líquido negativo, passivo significativo com parte relacionadas, que apresentam natureza subordinada frente às demais obrigações de Bolognesi Energia S.A., e patrimônio líquido negativo. Desta forma, a Administração da Companhia determinou que os valores de mútuos a receber da Bolognesi Energia S.A. fossem ajustados em sua totalidade, por meio de provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia mantém operação de mútuo financeiro a receber com sua Controladora direta Cia Energética Rio da Prata S.A. no valor de R\$ 176.661 e R\$ 176.656, respectivamente. A Administração da Companhia analisou a natureza e as características da operação, os fluxos de caixa contratual do ativo não são do tipo “principal mais juros”, inclusive, quanto à previsão contratual de liquidação do valor a pagar não estabelecer, especificamente, que se dará por meio da entrega de caixa e equivalentes de caixa, e concluiu que, na essência, trata-se de transação de capital realizada com a controladora direta e que, para melhor apresentação desta operação nas demonstrações financeiras da Companhia, está apresentando o saldo de mútuo a receber, como redutor no Patrimônio Líquido, em conta de reserva de capital. (Nota Explicativa nº 16 (b)).

A Companhia mantém operações de mútuos com prazo de vencimento em 20 anos, amparada por contratos assinados entre as partes, com data determinada de vencimento e sem incidência de juros.

Movimentação líquida de partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Saldo inicial	35.699	(438)
Pagamentos/Recebimentos de principal	17	1
Transferência de créditos com partes relacionadas	(77)	-
Saldo final	35.639	(437)

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, cujos critérios de rateio entre as empresas do Grupo estão em fase de definição pela Administração.

Remuneração da Administração

A administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram alocados R\$ 128 na Companhia (R\$ 291 em 31 de dezembro de 2020) referem-se as despesas com Administradores e Conselho de Administração, esse montante refere-se integralmente a remuneração fixa, encargos e benefícios (plano de saúde, odontológico e seguro de vida).

9. Imobilizado

a. Composição do saldo

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	4,23%	1.816	(948)	868	943
Reservatório, barragens e adutoras	4,27%	35.963	(18.781)	17.182	18.665
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,26%	44.236	(23.094)	21.142	22.966
Máquinas e equipamentos	4,06%	34.220	(17.852)	16.368	17.765
Móveis e utensílios	6,25%	6	(3)	3	3
Equipamentos de informática	16,67%	-	-	-	14
Veículos	14,29%	63	(33)	30	33
Total do imobilizado em serviço		116.304	(60.711)	55.593	60.389
Total do imobilizado		116.304	(60.711)	55.593	60.389

b. Movimentação do imobilizado

	31 de dezembro de 2019					31 de dezembro de 2020	
	Valor líquido	Adições	Transferências/reclassificações	Baixas	Depreciação	Valor líquido	
Imobilizado em serviço							
Terrenos	943	-	-	-	(75)	868	
Reservatório, barragens e adutoras	18.665	-	-	-	(1.483)	17.182	
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.966	-	-	-	(1.823)	21.143	
Máquinas e equipamentos	17.765	-	14	-	(1.412)	16.367	
Móveis e utensílios	3	-	-	-	-	3	
Equipamentos de informática	14	-	(14)	-	-	-	
Veículos	33	-	-	-	(3)	30	
Total do imobilizado	60.389	-	-	-	(4.796)	55.593	

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou teste de perda do valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*), segregado por unidade geradora de caixa de acordo com o CPC 01, para assegurar que seu ativo esteja registrado contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*). De acordo com as premissas adotadas não foi identificada a necessidade de registro de *impairment*.

10. Arrendamento mercantil

A norma CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e,
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contrato de arrendamento referente à locação do imóvel onde está localizado o escritório.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, referente à adoção inicial do CPC 06 (R2) e suas respectivas movimentações no final do exercício, findo em 31 de dezembro de 2020, estão demonstradas a seguir:

Ativo

	<u>2020</u>
Saldos em 01.01.2020	613
Amortização	<u>(409)</u>
Saldos em 31.12.2020	<u>204</u>

Passivo

	<u>2020</u>
Saldos em 01.01.2020	651
Variação Monetária	29
Pagamento	<u>(497)</u>
Saldos em 31.12.2020	<u>183</u>

11. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Encargo de uso do sistema de transmissão - Eletrobrás (i)	14.168	67
Materiais e serviços	86	152
Outros	-	
Total	<u>14.254</u>	<u>219</u>

- (i) O montante apresentado refere-se ao ajuste financeiro do GSF – *Generation Scaling Factor* do exercício corrente, que será compensado no próximo exercício, sendo provisionado o resultado do deslocamento de geração hidrelétrica subtraído da liquidação da energia assegurada. A receita de venda de energia da Companhia é vinculada a energia assegurada e a geração depende das condições hidrológicas, o valor provisionado é o deslocamento apresentado no exercício.

12. Obrigações tributárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributos e contribuições retidas na fonte	8	180
IOF (i)	414	2.222
ICMS	2	3
PIS e COFINS s/faturamento	267	101
ISSQN	2	2
CSLL parcelamento	16	25
IRPJ	153	140
CSLL	48	49
Total	910	2.722
Circulante	904	2.706
Não circulante	6	16

- (i) O saldo de IOF a pagar é decorrente de operação de mútuo realizada entre a Companhia e sua controladora direta Cia Rio da Prata S.A. em 15 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 107.100, cujo saldo foi liquidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A redução do saldo de IOF a pagar em 2020, comparado a 2019, é decorrente do recolhimento do imposto no exercício.

13. Financiamentos

a) Composição

Financiadores / Credores	2020	2019
	Saldo Devedor	Saldo Devedor
BANRISUL	-	375
BADSUL	-	375
BNDES	-	2.547
BRDE	-	375
SANTANDER	-	1.101
Total	-	4.773

b) Principais características

Financiadores / Credores	Valor Contratado	Modalidade	Data Contratação	Início	Término	2020			2019		
						Qtde parcelas	Parcelas pagas	Parcelas a vencer	Qtde parcelas	Parcelas pagas	Parcelas a vencer
BANRISUL	6.583	Financ Obra	09/03/07	15/08/08	15/07/20	144	144	-	144	137	7
BADESUL	6.583	Financ Obra	09/03/07	15/08/08	15/07/20	144	144	-	144	137	7
BNDES	39.075	Financ Obra	09/03/07	15/08/08	15/07/20	144	144	-	144	137	7
BNDES	6.622	Financ Obra	05/09/08	15/11/08	15/07/20	141	141	-	141	134	7
BRDE	6.583	Financ Obra	09/03/07	15/08/08	15/07/20	144	144	-	144	137	7
SANTANDER	19.324	Financ Obra	09/03/07	15/08/08	15/07/20	144	144	-	144	137	7

Em 31 de dezembro de 2019, o custo médio de captação das dívidas era de 12,03% a.a.

c) Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram dadas aos credores em função das operações de financiamentos:

- Direitos decorrentes da outorga;
- Penhor das ações da Companhia;
- Direitos decorrentes dos contratos de venda de energia;
- Seguros garantias;
- Fianças bancárias;
- Contas reservas **(i)**; e
- Fiança dos acionistas.

(i) Depósitos vinculados – contas reserva: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha depósitos vinculados - conta reserva no montante de R\$ 2.516, conforme cláusulas dos contratos com o BNDES. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa, por não ter liquidez imediata. A conta era bloqueada e somente o agente financeiro responsável pode efetuar a sua movimentação. Em 2020, o saldo do empréstimo junto ao BNDES foi liquidado e não há saldo na conta de depósitos vinculados.

d) Cláusulas restritivas

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem, entre outras, as seguintes cláusulas restritivas:

- Manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,3, apurado anualmente;
- Não promover inclusão em acordo societário, estatuto social da Companhia ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes destas operações;
- Não existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia aos BNDES;
- Não realização de empréstimos ou mútuos aos controladores, demais sócios, empresas coligadas ou empresas do mesmo grupo econômico.

e) Movimentação financiamentos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	4.773	12.916
Amortização de principal	(4.898)	(8.148)
Amortização de juros	-	(876)
Encargos financeiros	125	881
Saldo final	<u>-</u>	<u>4.773</u>

Em 15 de julho de 2020 a Companhia quitou no vencimento os financiamentos com instituições financeiras.

14. Debêntures

f) Composição

<u>Descrição</u>	<u>Encargos</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
BTG Pactual	7,80% a.a. + IPCA	113.034	120.209
		<u>113.034</u>	<u>120.209</u>
Circulante		15.743	12.209
Não circulante		97.291	108.000

O custo médio de captação das dívidas em 31 de dezembro de 2020 é de 7,80% a.a. + IPCA (em 31 de dezembro de 2019 é de 7,80% a.a. + IPCA).

g) Principais características

Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu série única a 1ª (primeira) emissão de debêntures. Foram emitidas 120.000 (cento e vinte mil) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão.

O valor total da Emissão foi de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), as debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As debêntures são escriturais e normativas, sem emissão de cautelas ou certificados, terão garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

O valor unitário ou o sado do valor nominal unitário das debêntures é atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA apurado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento, sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao valor nominal unitário das debêntures.

O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 72 (setenta e duas) parcelas mensais sempre no dia 15 de cada mês, e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 15 de janeiro de 2020 e a última em 15 de dezembro de 2025.

O vencimento antecipado encontra-se previsto na cláusula de 6.2 a 6.7 da Escritura de Debêntures da Vêneto Energética S.A.

h) Cláusulas restritivas

As principais obrigações contratuais que se descumpridas ensejam em vencimento antecipado da dívida são:

- Não pagamento do principal, remuneração ou qualquer obrigação pecuniária nas datas de vencimento;
- Extinção, encerramento das atividades, intervenção, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência;
- Transformação da Companhia em outro tipo societário;
- Descumprimento de garantias;
- Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais e as concedidas pela ANEEL, exigidas para operar da Companhia;
- Pedido de recuperação judicial ou submissão de qualquer credor ou de classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela CERP ou por suas controladas diretas; e
- Distribuição de dividendos, resgate de reserva de capital, juros sobre capital próprio, redução de capital ou qualquer outra participação no lucro estatutário.

i) Garantias:

Para esse contrato, foram fornecidas as seguintes garantias:

- Penhor das ações da Companhia; e
- Direitos creditórios provenientes da comercialização de energia.

j) Cronograma de desembolso do passivo não circulante

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	-	21.600
2022	19.537	21.600
2023	22.793	21.600
2024	26.048	21.600
2025	28.913	21.600
Total	<u>97.291</u>	<u>108.000</u>

k) Movimentação debêntures:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	120.209	120.209
Pagamento de principal	(12.175)	-
Apropriação Juros	8.580	-
Pagamento de juros com caixa e equivalentes	(8.389)	-
Atualização de debêntures	4.809	-
Saldo final	<u>113.034</u>	<u>120.209</u>

15. Seguro a pagar – GSF

Refere-se à provisão da repactuação de seguro fiança do *Generation Scaling Factor* (GSF).

A Companhia faz parte do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), com contratos de venda de energia firmados com a Eletrobrás. As usinas participantes do Proinfa são modeladas no âmbito da CCEE, de forma que seja identificada a energia efetivamente produzida em cada uma das centrais, a apuração de eventuais exposições no mercado de curto prazo pelo agente comercializador de energia do Proinfa – ACEP, que neste caso é a Eletrobrás.

Em meio a inúmeras liminares, as quais, em pouco tempo, inviabilizaram as operações do Mercado de Curto Prazo, em 14/12/2015, foi publicada a REN nº 684/15, estabelecendo os termos e condições para a repactuação do risco hidrológico suportado pelos geradores hidráulicos integrantes do MRE, detalhando o disposto na Lei nº 13.203/2015. A possibilidade de repactuação do risco hidrológico atualmente suportada pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do MRE deve contar com a anuência da ANEEL e tem como premissa o pagamento de prêmio de risco pelo gerador, calculado em reais por MWh. O valor do prêmio depende do tipo de produto, devidamente discriminado nos anexos da resolução, a ser pago à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT.

Mediante ofício BE004-16, a Companhia optou pelo produto SP100, com valor de prêmio de risco unitário de R\$ 9,50/MWh, data-base de janeiro de 2015. Este produto elimina o risco de exposição ao GSF.

Durante todo o ano de 2020 e 2019, a Eletrobrás faturou apenas a energia do contrato, sem ajustes e sem a cobrança do prêmio de risco, em virtude de tratativas envolvendo a CCEE e a ANEEL.

Tendo em vista este cenário e considerando o que foi repactuado, foi calculado o valor do prêmio que deverá ser pago à CCRBT, referente aos anos de 2016 a 2019.

16. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo, principalmente, questões trabalhistas.

A Administração da Companhia, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e revisão de seus advogados, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **a)** perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%; **b)** perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

a. Riscos provisionados

Trata-se de ações na esfera trabalhista.

Não circulante	2020	Provisão	Atualizações	2019
Trabalhista	263	138	27	98
Total	263	138	27	98

b. Riscos não provisionados

O quadro abaixo trata-se de processos classificados como perda possível, por esse motivo não foram provisionados.

	2020	2019
Trabalhista (i)	2.906	2.657
Tributária (ii)	1.591	245
	4.497	2.902

(i) A Companhia responde à ação trabalhista nº. 0021579-72.2017.5.04.0001, ajuizada por Sandileuza Borges, na qual é pleiteado reconhecimento de vínculo trabalhista e verbas trabalhistas referentes. O processo aguarda designação de audiência de instrução. Em 31 de dezembro de 2020 este processo é classificado com risco possível de perda no valor de R\$ 2.906 (R\$ 2.657 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) A Companhia possui processos administrativos tributários: relativo ao IRPJ e CSLL devidos pela pessoa jurídica no ano-calendário de 2011 e não homologação de compensação (Dcomp). Em 31 de dezembro de 2020 no valor possível de perda de R\$ 1.591 (R\$ 245 em 31 de dezembro de 2019).

17. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 128.806, dividido em 128.806.000 (cento e vinte e oito milhões, oitocentos e seis mil) ações ordinárias, pertencentes a Cia Energética Rio da Prata S.A. (99,99%) e Bolognesi Energia S.A. (00,01%). Do montante total do capital, R\$ 74.579 foi integralizado em moeda corrente nacional e R\$ 54.227, com registro de potenciais hidrelétricos (R\$ 7.156) e sua respectiva reavaliação (R\$ 47.071).

Reserva legal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	11.108	11.158
Base de cálculo reserva legal	11.108	11.158
Reserva Legal 5%	<u>555</u>	<u>558</u>

Dividendos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Base de cálculo reserva legal	11.108	11.158
Reserva legal	(555)	(558)
Base dividendos	10.553	10.600
Dividendos 25%	<u>2.638</u>	<u>2.650</u>

O montante acumulado de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 12.800 (R\$ 10.162 em 31 de dezembro de 2019). O valor não é pago em função da cláusula restritiva (*covenants*) dos financiamentos.

b. Reserva de capital**Transação de capital com controlador**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Companhia Energética Rio da Prata S.A	176.661	176.656
Total	<u>176.661</u>	<u>176.656</u>

Movimentação transação de capital com controlador

Saldo em 31.12.2019	<u>176.656</u>
Empréstimo concedidos	<u>5</u>
Saldo em 31.12.2020	<u><u>176.661</u></u>

Conforme Nota Explicativa nº 8, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia mantém transações de capital com sua controladora direta no montante de R\$ 176.661., com prazo de vencimento em 20 anos, amparada por contratos assinados em agosto de 2017 entre as partes, com data determinada de vencimento e sem incidência de juros, cuja realização futura provavelmente se dará pela distribuição de dividendos e/ou redução do capital social da Companhia.

18. Receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta de vendas	<u>52.857</u>	<u>45.177</u>
Fixa	<u>52.857</u>	<u>45.177</u>
Deduções da receita bruta		
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(2.015)	(1.756)
Ajuste financeiro Eletrobrás	<u>(10.212)</u>	<u>-</u>
	<u>(12.227)</u>	<u>(1.756)</u>
Receita operacional líquida	<u>40.630</u>	<u>43.421</u>

19. Custo do serviço

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Seguro GSF (i)	-	(2.042)
Encargo de uso do sistema de transmissão	(839)	(789)
Pessoal	(1.152)	(8.234)
Materiais	(64)	-
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(2)	(696)
Depreciação e amortização	(4.796)	(4.786)
Serviços de vigilância e limpeza	(287)	(280)
Seguros	(878)	(146)
Outros	<u>(594)</u>	<u>(1.281)</u>
Total de custos	<u>(8.612)</u>	<u>(18.254)</u>

(i) Em 2020 não temos mais saldo com o GSF saldo totalmente líquido (Nota Explicativa nº 14).

20. Despesas operacionais

a) Gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal e administradores	(1.616)	(19)
Serviços de terceiros (a)	(2.846)	(1.653)
Arrendamentos e aluguéis	(533)	(721)
Seguros	(11)	(47)
Provisão para contingências	(138)	(84)
Impostos e taxas	(1)	(118)
Outros	<u>604</u>	<u>(894)</u>
Total de despesas	<u>(4.541)</u>	<u>(3.536)</u>

(a) O principal aumento apresentado na despesa no exercício de 2020 ocorreu, principalmente em função da contratação de serviços de engenharia e jurídico.

b) Outras receitas, líquidas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras receitas / despesas	2	970
Reversão de despesas	-	319
Impostos e contribuições (a)	-	(1.403)
Provisão para perdas e ajustes de ativos	-	(1.663)
Total de outras receitas (despesas), líquidas	<u>2</u>	<u>(1.777)</u>

(a) No exercício de 2019, a Companhia efetuou a baixa de créditos tributários, por falta de perspectiva de realização, tendo em vista a expiração do prazo de aproveitamento.

21. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita sobre aplicação financeira	347	266
Recuperação de despesa	-	1
Variação monetária ativa	-	5
Total de receitas financeiras	<u>347</u>	<u>272</u>
Juros das debêntures	(8.580)	(862)
Juros de financiamentos	(17)	-
Variações monetárias passivas	(53)	-
Variação monetária debêntures	(4.809)	(2.368)
Multas	(72)	-
Despesas bancárias	(25)	(4.156)
IOF	(10)	(22)
Outras despesas financeiras	(1.050)	-
Total de despesas financeiras	<u>(14.616)</u>	<u>(7.408)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(14.269)</u>	<u>(7.136)</u>

22. Imposto de renda e contribuição social corrente

Cálculo IRPJ e CSLL		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de venda de energia elétrica		52.861	48.999
Receita de aplicação financeira		1.463	219
		<u>54.324</u>	<u>49.218</u>
Base de cálculo da contribuição social			
	12%	6.343	5.880
	100%	1.463	219
		<u>7.806</u>	<u>6.099</u>
Contribuição social devida (9%)		<u>(703)</u>	<u>(549)</u>
Base de Cálculo IR - Pessoa Jurídica			
	8%	4.229	3.920
	100%	1.463	219
		<u>5.692</u>	<u>4.139</u>
IRPJ Devido			
	15%	(854)	(621)
	Adicional-IR 10% (240)	(545)	(390)
Imposto de renda devido (25%)		<u>(1.399)</u>	<u>(1.011)</u>
Imposto de renda e contribuição social devidos		<u>(2.102)</u>	<u>(1.560)</u>

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo *versus* valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Mensuração	Nível	2020		2019	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	32.705	32.705	23.658	23.658
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	9.042	9.042	3.873	3.873
Depósitos vinculados - contas reserva	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	-	-	2.516	2.516
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	35.639	35.639	35.699	35.699
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	14.254	14.254	219	219
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	437	437	438	438
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	4.773	4.773
Debêntures	Custo amortizado	Nível 1	113.034	92.687	120.209	105.334

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato:

	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Fornecedores	14.254	14.254	14.254	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	113.034	113.034	15.743	42.330	54.961
Financiamento por arrendamento mercantil	407	407	407	-	-

b. Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração. Com relação a créditos com clientes, a Companhia vende exclusivamente com a Eletrobrás, com baixo risco de crédito, no âmbito do Proinfa.

	2020	2009
Ativos		
Caixa e equivalentes de Caixa	32.705	23.658
Depósitos vinculados - contas reserva	-	2.516
Contas a receber	9.042	3.873

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	2020	2009
Ativos		
Caixa e equivalentes de Caixa	32.705	23.658
Depósitos vinculados - contas reserva	-	2.516
Passivos		
Fornecedores	14.254	219
Empréstimos e Financiamentos	-	4.773
Partes relacionadas	437	438
Debêntures	113.034	120.209

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2020

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável”, se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do indexador, conforme indicado, em 31 de dezembro de 2020. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Instrumentos financeiros passivos (empréstimos, financiamentos e Debêntures)

	-50%	-25%	Provável	25%	50%
Exposição líquida TJLP	46.255	69.382	92.687	115.637	138.764
Impacto da variação	(46.432)	(23.305)		22.950	46.077

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Companhia utilizou a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto, quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. E, calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

d. Risco regulatório

As atividades Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia.

e. Risco hidrológico

A energia vendida pela PCH depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador.

As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional (SIN) operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe à Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Mediante ofício BE004-16, a Companhia optou pelo produto SP100, com valor de prêmio de risco unitário de R\$ 9,50/MWh, data-base de janeiro de 2015. Este produto elimina o risco de exposição ao GSF.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Contas a receber;
- Empréstimos e financiamentos; e
- Fornecedores.

24. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019, conforme vigências apresentadas a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Limite de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Responsabilidade Civil Geral	10.000	26/04/2021	Chubb Seguros Brasil S.A.
Risco Operacional	148.107	04/04/2021	Sompo

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

* * *